

ESTRATÉGIAS PARA EFETIVAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS NUMA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

Resumo: O texto objetiva relatar uma experiência pedagógica numa escola pública municipal, em João Pessoa. De início apresenta a breve trajetória profissional da educadora para situá-la enquanto sujeito social. Em seguida busca refletir sobre a garantia da oferta da EJA e a efetivação do acesso, enquanto direito garantido na legislação educacional. Na parte seguinte, apresenta algumas estratégias adotadas pela escola visando à elevação da matrícula e à permanência dos alunos. Finaliza apresentando algumas recomendações aos gestores públicos e escolares, bem como aos educadores para obtenção de resultados significativos, no que se refere ao acesso, permanência e aprendizagem significativa para a vida dos alunos jovens e adultos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Experiência pedagógica. Legislação educacional.

1 Introdução

Para entender o que me levou a relatar sobre esta experiência pedagógica vivenciada numa turma de Ciclo I da EJA, em uma escola pública do município de João Pessoa, apresento um breve resumo da minha trajetória profissional que possibilitará situar-me enquanto sujeito social, já que na galeria da vida são mais de vinte anos de caminhada na área educacional. De acordo com Romão (2010, p. 63),

Ninguém é educador. Alguém se torna educador (ou deseducador) no decorrer da existência, no incessante processo de estruturação/desestruturação/reestruturação dos equilíbrios pessoais e coletivos provisórios, na teia das relações sociais, no fluxo permanente das interações entre teoria e 'práxis'.

O início da trajetória na área educacional se deu em 1984. Na época não tinha formação pedagógica. Estava concluindo o científico, o que hoje denominamos ensino médio, e fui convidada para ensinar numa escola da rede privada em uma turma de alfabetização. Recordo como foi difícil, pois na minha ingenuidade entendia que qualquer pessoa com um pouco mais de escolarização podia alfabetizar crianças. As práticas desenvolvidas no âmbito daquela escola se

constituíam em mera transmissão de conteúdo e no cumprimento de regras estabelecidas pela gestora da escola.

Essa experiência foi decisiva para que eu prosseguisse carreira no magistério. Assim, no ano seguinte, pensando em compreender os processos de ensino para superar os conflitos do cotidiano da sala de aula, matriculei-me no curso de magistério.

A inserção na esfera pública municipal se deu por meio de concurso público, no ano de 1988. A primeira experiência foi numa escola municipal de João Pessoa, em uma turma de EJA. Na época estava cursando licenciatura em Pedagogia, na UFPB. Nesse período emergiu a contradição entre teoria e prática, pois a teoria vista no âmbito da universidade não condizia com o cotidiano da escola, que era marcado por processos de exclusão dos jovens e adultos ou, quando muito, por mero assistencialismo; “os (as) alunos (as) têm acesso ao espaço físico, mas não, a uma educação de qualidade, que os (as) considere como sujeitos de direitos” (FURTADO, 2009, p. 55).

O redescobrir da educação de jovens e adultos se deu nos canteiros de obra, em 1991, ao ingressar como alfabetizadora numa ação de extensão da universidade, denominada Projeto Escola Zé Peão (PEZP), quando passei a trabalhar com adultos operários da construção civil que não tinham o domínio da leitura e da escrita. Após a graduação tive a oportunidade de atuar como coordenadora pedagógica no projeto, a partir do ano de 1994. Assim sendo, passei a me envolver diretamente com a formação dos educadores.

No ano de 1997, iniciei uma trajetória na gestão pública municipal em João Pessoa, como coordenadora da Educação de Jovens e Adultos, momento em que me engajei no movimento do Fórum de EJA da Paraíba. Ao aceitar o convite para atuar na gestão pública municipal, via a possibilidade de desenvolver uma ação de escolarização no âmbito da rede pública pautada nos princípios da educação popular.

Em 2005, recebi o convite para trabalhar na Secretaria de Estado da Educação e Cultura da Paraíba (SEEC). Na condição de assessora educacional participei do processo de construção do Plano Estadual de Educação (PEE), como secretária da comissão executiva. Dois anos depois, assumi a Gerência Executiva da Educação de Jovens e Adultos do Estado (GEEJA), momento em que voltei a fazer parte do Grupo Articulador do Fórum de EJA/PB.

Na GEEJA coordenei o processo de criação da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da Paraíba. Momento em que foi instituída a Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CEAEJA).

Em 2009, fui aprovada na seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB e pesquisei sobre a formação do educador de jovens e adultos.

A trajetória aqui apresentada traz no cerne da questão os saberes adquiridos que contribuíram para a formação humana e profissional de educadora, enquanto processo indissociável que foi se consolidando a partir de vivências em práticas de educação formal e não formal. Barcelos (2010, p. 24) defende algo semelhante:

Vejo os saberes como algo intrinsecamente ligado à vida – são as viagens que realizei, são os livros e revistas que li, a música que me tocou, as amizades, as paixões e amores que vivi, o ódio que senti (se senti), as conversas de que participei. Enfim, é aquilo que forma o meu acervo de conhecimentos.

A experiência que agora passo a relatar se refere a esse retorno à escola pública após o mestrado atuando em uma sala de Ciclo I da EJA, no ano de 2014. O locus da experiência foi uma Escola Municipal que fica no bairro dos Bancários. A instituição atende 459 alunos, no primeiro e segundo segmento do ensino fundamental, no turno diurno, sendo que 83 alunos estudam à noite no primeiro segmento, na modalidade EJA.

Para este relato organizei as minhas reflexões considerando o aspecto do acesso à educação pelos jovens e adultos, já que esse foi um direito estabelecido e assegurado desde 1988, na Constituição Federal. Outro ponto a ser focado diz respeito às ações que têm contribuído para permanência dos alunos na escola e que têm possibilitado gerar aprendizagens significativas para a vida dos mesmos. E, por fim, destaco algumas aprendizagens advindas dessa experiência.

2 Acesso à Educação de Jovens e Adultos: um direito assegurado

O acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo já está posto no art. 208, § 1º da Constituição Federal de 1988. A LDB assegura aos jovens e adultos, conforme preconiza no Art.37, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses e condições de vida. Acrescenta ainda, no parágrafo segundo do referido artigo que cabe ao poder público estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola. O parecer CEB 11/2000 reconhece que “o direito à educação para todos, aí compreendidos os jovens e adultos, sempre esteve presente em importantes atos internacionais, como declarações, acordos, convênios e convenções”.

Na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, consta nos objetivos e metas da EJA duas que se referem a assegurar a oferta de educação de jovens e adultos equivalente às quatro séries iniciais e finais do ensino fundamental para a população acima de 15 anos.

Após treze anos temos a aprovação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que regulamenta o novo Plano Nacional de Educação (PNE); nela ainda consta a estratégia para assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.

Considerando as legislações citadas e a realidade da oferta da EJA na rede municipal de João Pessoa vem a seguinte indagação: Há o reconhecimento do direito à educação por meio da oferta, mas o que falta para que o acesso seja efetivado, ou seja, para que o aluno procure a escola para se matricular e estudar?

Foi buscando respostas para essas questões e com o entendimento de que os jovens e adultos precisavam de estratégias diferenciadas que os motivassem a procurar a escola para estudar que nos reunimos na escola. O primeiro passo foi fazer um levantamento do público que poderia ser nosso alunado.

Considerando que a escola se localiza em um bairro de classe média com muitas lojas, restaurantes, lanchonetes, supermercados e um *shopping*, identificamos como possíveis alunas (os) empregadas domésticas, garçons, vendedores, jardineiros, guardadores de carro e borracheiros. Outro aspecto considerado foi a expansão imobiliária no bairro dos Bancários, que tem gerado vários alojamentos de operários da construção civil, já que estes são provenientes de pequenos municípios paraibanos e só retornam para as suas casas nos finais de semana.

Além da divulgação feita nas ruas utilizando o carro de som, a escola optou também por fazer uma abordagem personalizada visitando edifícios residenciais e lojas comerciais divulgando o trabalho desenvolvido pela instituição e motivando as pessoas a estudar, caso não fossem alfabetizadas ou não tivessem concluído o primeiro segmento do ensino fundamental.

Nessa ação de mobilização buscamos a parceria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de João Pessoa (SINTRICOM) para dialogar com os operários. As visitas foram realizadas em quatro alojamentos e contaram com a participação da gestora geral da escola, de uma professora e do presidente do sindicato.

No diálogo com as pessoas convidando-as para voltar a estudar - utilizo o termo voltar, pois todas já tinham vivenciado uma experiência de fracasso escolar -, percebe-se que algumas não têm expectativas positivas em relação à escola. Na construção civil encontramos operários jovens que sabiam apenas assinar o nome, mas que demonstravam sentir vergonha de sua condição de analfabeto e se negavam a fazer a matrícula.

Embora a ação tenha sido desenvolvida visando à elevação do número de matrículas em todas as turmas, a partir de agora passarei a descrever a realidade da turma do Ciclo I A.

Após a mobilização a turma do Ciclo I da EJA, no ano de 2014, foi constituída por um grupo de 17 alunos, na faixa etária entre de 31 e 73 anos, sendo 59% do sexo masculino e 41% do sexo feminino. No que se refere à atuação profissional temos um público distribuído da seguinte maneira: 59% trabalham na construção civil, 17% como empregada doméstica, 6% como dona de casa, 6% como vendedor ambulante e 12% se encontram aposentados.

Pelas características desse grupo, que é predominante em todas as turmas de EJA da escola, percebemos que não temos a presença do aspecto da juvenilização, que tem sido alvo de muitas discussões, inclusive no *site* do Fórum Nacional de EJA. A falta de uma política para os jovens na faixa etária de 15 a 17 anos tem gerado uma migração dos mesmos para as salas de EJA causando um conflito de gerações já que são interesses diferentes.

A seguir relatarei as ações que foram empreendidas no cotidiano para que os alunos matriculados permanecessem escola.

3 Permanência na escola e aprendizagens significativas para a vida dos educandos

Na atualidade tem um discurso que não cabe mais para a EJA que era muito usado pelos educadores envolvidos nas práticas educacionais no final da década de 1990. Para eles a ausência de livro didático compatível com a realidade do educando, a falta de merenda, laboratório de informática, acervo de livro paradidático e outros subsídios eram as causas da não permanência dos alunos na escola.

Há o reconhecimento da importância dessas ações, que a equipe pedagógica da escola considera atividades-meio. Partindo desse entendimento garantimos a todos os alunos matriculados todos os direitos oferecidos aos alunos do diurno, fato que não é comum em outras escolas públicas que deixam só as salas de aula abertas e os demais espaços (biblioteca, sala de leitura, laboratório de informática etc.) fechados. Nessa experiência, ao efetivar a matrícula cada aluno já recebe um kit de material didático, um livro didático da EJA e é servida uma merenda de boa qualidade, já que os alunos expressam à equipe gestora o cardápio que satisfaz. A presença constante de uma representante da equipe gestora garante o acesso a todos os espaços e equipamentos disponíveis na instituição.

É preciso o entendimento de que só as atividades-meio não são suficientes para dar sustentação às práticas de EJA no âmbito das escolas. Precisamos de investimentos em formação que permitam aos gestores públicos e escolares e aos educadores entenderem os fins da educação de jovens e adultos.

A EJA enquanto uma modalidade da educação básica, no nível fundamental e médio tem uma peculiaridade, conforme descrita no Parecer CEB11/2000 (BRASIL, 2000):

O termo modalidade é diminutivo latino de *modus* (*modo, maneira*) e expressa uma medida dentro de uma forma própria de ser. Ela tem, assim, um perfil próprio, uma feição especial diante de um processo considerado como medida de referência. Trata-se, pois, de um modo de existir com características próprias.

Analisando a citação constante no Parecer, ao lembrar as falas de alguns educadores e algumas vivências ao longo da minha trajetória me atrevo a dizer que a EJA ainda não é plenamente uma modalidade porque ela é como se fosse. Para entender a minha afirmação trago aqui reflexões com alguns exemplos.

A carga horária de quatro horas, no turno noturno, determinada para as turmas de EJA não condiz com a realidade dos alunos trabalhadores. Outro equívoco evidencia-se pelo entendimento que se tem em relação aos conhecimentos básicos e ao tempo pedagógico destinado às práticas de EJA. Dialogando com alguns professores já escutei muitos equívocos de colegas ao dizerem: “eu leciono numa turma de ciclo I, *é como se fosse* 1ª e 2ª série”. Outro dizia: “se eu dou aula numa turma do ciclo IV, *é como se fosse* o 8º e 9º ano, por isso tenho que trabalhar os conteúdos próprios desses anos”. Tais afirmações expressam claramente a falta de entendimento dos professores em relação à modalidade EJA, uma vez que atrelam a prática ao ensino fundamental de nove anos.

Calado (2004) nos apresenta alguns princípios para avançar no entendimento da EJA na perspectiva da Educação Popular. O primeiro aspecto que destaca se refere ao conhecimento da turma, pois constitui um dos primeiros procedimentos de considerável alcance pedagógico. A partir daí considerar os saberes previamente construídos pelos alunos, no cotidiano. Tal princípio possibilita promover o protagonismo dos alunos, já que estes passam a ser vistos como sujeitos do processo, não como recipientes abertos a receber conhecimentos acabados, chamado de educação bancária, tão criticada por Paulo Freire.

Outros aspectos elencados por Calado dizem respeito ao exercício da interdisciplinaridade, estimulando o trabalho com múltiplas linguagens, levando à superação de uma prática pedagógica restrita à oralidade ou à escrita. Destaca também a importância do debate democrático para a formação de uma consciência cidadã. Tais esforços visam elevar o nível de conhecimento e de convivência dos alunos a um novo patamar. E, por fim, ressalta a importância da Pedagogia do Afeto, para converter limites em potencialidades, já que é preocupante a situação de baixa autoestima em que se encontram muitos alunos da EJA.

Tomando como referência esses princípios iniciei o ano letivo mapeando o perfil do grupo, a partir de uma atividade que evidenciou as expectativas e interesses dos (as) alunos (as) em relação à escola. Esse momento foi de suma importância, pois percebi que os interesses dos (as) mesmos (as) se restringiam a questões imediatas e individuais, tais como aprender só a ler, só escrever e só fazer contas, tirar a carteira de estudante e de habilitação, aprender a ler a bíblia, ler as placas no canteiro de obra. À medida que cada pessoa se colocava eu a provocava questionando: será que só isso é o suficiente para a sua vida? Foi uma boa oportunidade para levá-los a refletir que é preciso prosseguir os estudos em níveis mais elevados para vencer os desafios cotidianos.

Para a elaboração do Plano de Curso adotei como referência os interesses do grupo, levando em consideração o nível de leitura e de escrita, os projetos constantes na Proposta Pedagógica da Escola,¹ os

¹ O tema geral eleito para a Proposta Pedagógica da Escola, ano de 2014, foi Cidadania em ação: superando desafios. O mesmo foi trabalhado a partir de quatro subtemas, sendo um para cada bimestre: Exercendo a cidadania na valorização humana. Inclusão social através do esporte. Cidadania participativa: aprendizagem significativa e Brasil um país mais cidadão: minha contribuição. A título de exemplo cito alguns projetos da escola: A inserção histórica da mulher no esporte e na política, Profissões, Dignidade humana, Meio ambiente: sustentabilidade, Consciência negra: a inserção cidadã do negro na sociedade, Projeto do trânsito, Projeto de leitura: dando asas à imaginação e a Feira cultural.

projetos/temas do calendário letivo¹, elaborado pela Secretaria de Educação, para o ano de 2014, a Proposta Curricular do Município de João Pessoa para a EJA e o livro didático adotado pela escola. O plano está organizado contemplando três áreas de conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza) a partir das quais trabalhamos temas/conteúdos significativos para a realidade social dos educandos.

É desafiante desenvolver essa diversidade de projetos/temas a partir de metodologias inovadoras utilizando recursos que tomem as aulas mais atrativas. Lembro no início da resistência de alguns alunos, até mesmo em relação à organização das carteiras em círculo ou quando era utilizado um vídeo ou uma roda de diálogo para iniciar ou aprofundar um tema. Eles diziam: “a gente quer escrever, isso não é aula”. Tal atitude era compreensível já que muitos vivenciaram experiências escolares que os colocavam na condição de meros copistas.

Uma forma encontrada para superar tal resistência foi trabalhar a escrita em todas as atividades desenvolvidas. Na apresentação de um vídeo enfocando um determinado tema ou os alunos anotam questões a serem observadas ou eles escrevem as suas impressões, após a apresentação. Outro ponto que tem ajudado é fazer uma avaliação oral ao término da atividade ressaltando as aprendizagens.

Além das atividades de sala de aula temos promovido algumas ações que animam e fortalecem o grupo. O sarau poético desenvolvido na Estação Ciências, a homenagem aos aniversariantes ao final de primeiro semestre foram momentos avaliados positivamente pelos alunos.

Temos também a oficina de arte que é desenvolvida uma vez por mês por estagiários da Universidade Federal da Paraíba, a partir de um tema que está sendo trabalhado em sala de aula. A última oficina de arte realizada no mês de junho encerrou o projeto Festejos Juninos e Cultura Popular e contou com o envolvimento de todas as turmas de EJA da escola.

Após todo o trabalho realizado em sala de aula como roda de diálogo sobre a tradição dos festejos juninos, leitura, interpretação e produção de texto, elaboração de cartazes, destacando as comidas, cantigas populares e os símbolos das festas juninas, tivemos a culminância com a Oficina de Arte.

A oficina teve início com uma apresentação de *slide* sobre a vida e obras do artista plástico nordestino Bispo do Rosário destacando os estandartes. Em seguida a turma foi dividida em pequenos grupos em que cada um teria que escolher a figura de um santo junino (Santo Antônio, São João ou São Pedro) para produzir um estandarte tomando como referência as obras do artista Bispo do Rosário.

Temos também as atividades complementares de que os (as) alunos (as) gostam, pois se sentem desafiados. Toda sexta-feira é entregue uma atividade para casa com base em um dos temas/conteúdos trabalhados no decorrer da semana. Vale ressaltar que é feita a correção coletiva na segunda-feira, momento em que alguns alunos aproveitam para tirar dúvidas ou mesmo realizar a atividade.

¹ Temos dois projetos/temas no calendário letivo 2014: Alimentação saudável, educação para a vida, e o Festival de aprendizagem da EJA.

Outra preocupação é com o acompanhamento da frequência do aluno, que é realizado semanalmente. Quando um aluno passa mais de uma semana sem aparecer na escola sem justificativa já entramos em contato com o mesmo para saber o motivo de sua ausência. A realização de uma atividade denominada agenda possibilitou que cada aluno tivesse os telefones dos demais colegas, motivando assim a comunicação entre eles.

Mesmo empreendendo todos os esforços para a manutenção de todo o grupo matriculado, ainda nos deparamos com a perda de alguns alunos motivada por causas externas, que são, na nossa realidade, as demissões, mudança de endereço ou doença.

4 Algumas reflexões conclusivas

O relato desta experiência me leva a refletir que o sucesso das práticas de EJA envolve diversos atores já que são muitos os desafios. Para minimizá-los é preciso uma ação coletiva, em rede, que vai da ação dos gestores públicos, perpassando pelos gestores escolares até chegar à ação dos educadores. Não podemos esquecer a contribuição de entidades da sociedade civil organizada no processo de mobilização e das universidades públicas envolvidas com a EJA no processo de formação inicial e com as ações de extensão.

Aos gestores públicos destaco a importância de apoiar com todos os recursos necessários as ações de EJA, bem como promover uma formação continuada que permita aos educadores a reflexão da prática embasada na concepção de Educação Popular. Para tanto se faz necessário contemplar na estrutura organizacional dos sistemas, seja federal, estadual ou municipal, setores destinados à reflexão, articulação e execução das ações da EJA.

No âmbito das escolas é imprescindível a inclusão da EJA no Projeto Pedagógico. Tal ação permitirá refletir sobre as especificidades dos jovens e adultos e conseqüentemente levará a uma ação pedagógica que proporcione aprendizagens significativas. Os momentos de planejamentos nas escolas devem ser espaços formativos para os educadores e demais membros das equipes gestora e pedagógica.

Já os educadores devem buscar alternativas para sair do isolamento pedagógico, uma alternativa é a participação nos movimentos ligados à EJA, seja um fórum, um grupo de estudo e/ou participação em congressos e seminários atualizando-se e relatando suas experiências.

Resumen: El texto objetiva relatar una experiencia pedagógica en una escuela municipal en Joao Pessoa. En primer lugar, presenta la breve trayectoria de la educadora para situarla como sujeto social. A continuación, reflexiona sobre la garantía de la oferta de la Educación de Jóvenes y Adultos y el efectivo acceso, entendido como derecho en la legislación educativa. En la siguiente parte, presenta algunas estrategias adoptadas por la escuela con el fin de aumentar la inscripción y la permanencia de los estudiantes. Finaliza presentando algunas recomendaciones a los gestores públicos y escolares, así como a los educadores para obtener resultados significativos, en cuanto a acceso, permanencia y aprendizaje significativo para la vida de los estudiantes jóvenes y adultos.

Palabras clave: Educación de jóvenes y adultos. Experiencia pedagógica. Legislación educativa.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Valdo. **Formação de professores para a educação de jovens e adultos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394/96**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20/12/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 29 jun. 2014.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 11 jul. 2014.

CALADO, Alder Júlio F. De copistas a produtores culturais: a contribuição da Educação Popular no cotidiano da EJA. In: SILVA, José Barbosa (Org.). **Retratos na parede**: saberes docentes em educação de jovens e adultos. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura; Textoarte, 2004.

FURTADO, Quézia Vila Flor. **Jovens na educação de jovens e adultos**: produção do fracasso no processo de escolarização. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2009.

ROMÃO José E. Compromissos do educador de jovens e adultos. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Org.). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 61-78.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE JOÃO PESSOA. **Proposta curricular da rede municipal de ensino de João Pessoa**: uma construção coletiva. João Pessoa, 2004.

Recebido em: 05/10/2015

Aprovado em: 10/12/2016